

**Implicações da imigração chinesa nos centros históricos do Brasil:
aproximações a partir do caso Recife – PE**

Taynara de Carvalho Neves
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE)
taynaracarvalho@gmail.com

Priscila Batista Vasconcelos
Professora Adjunta do Departamento de Ciências Geográficas (UFPE)
priscilabv1908@yahoo.com.br

Norma Lacerda
Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano (UFPE)
norma_lac@yahoo.com.br

RESUMO: A migração dos chineses para o Brasil, principalmente para a região sudeste, não é algo recente, mas vem se transformando nas últimas décadas, onde os chineses passam a se deslocar para a região nordeste em busca de novas oportunidades e preços mais baixos de pontos comerciais. Neste artigo, buscamos analisar a vinda dos chineses, especificamente para o centro histórico do Recife-PE a fim de investigar o processo de territorialização criado com a vultosa expansão comercial dos chineses, que implica transformações no comércio local. Diante disso, constatou-se um aumento expressivo no número de ocupações em pontos valorizados nos bairros do centro histórico e um fluxo inverso, de saída dos comerciantes tradicionais, que passaram a ser substituídos pelo comércio chinês de atacado e varejo.

Palavras-chave: migração chinesa; centro-histórico; Recife;

GT – 5: Mobilidade, migração e espaço urbano.

1. Introdução

Quase todos os centros históricos brasileiros, salvo algumas exceções, guardam a função de comércio popular, uma centralidade urbana presente desde a época colonial, caso do território que é base empírica do presente artigo. Assim, em partes desses centros, encontramos uma dinâmica cotidiana de mercados públicos e feiras, lojas tradicionais especializadas que se construíram com base familiar em ciclos de passagem através da herança. Ademais, o comércio informal é pulsante ocupando ruas e becos, o que denota uma paisagem de fluxo intenso em busca da diversidade de produtos comercializados. Além da reconhecida centralidade urbana, também carregam a tônica legal e sentimental de patrimônio histórico. Como nos fala Milton Santos (2007) sobre o espaço geográfico e Fernando Carrión (2010) sobre a centralidade histórica, é exatamente, nos centros históricos, que se observa o maior acúmulo desigual de tempos.

No caso dos centros históricos brasileiros, o tempo mais recente refere-se à inserção do Brasil no mundo globalizado, desde os anos 1990 e intensificado nos anos 2000, o que vem viabilizando a proliferação da comercialização de produtos importados por comerciantes chineses imigrados, estabelecendo relações estreitas entre o global e o lugar. Nas entrelinhas desse jogo de escala, o lugar – entendido a partir da ideia da geógrafa Doreen Massey (2015) – está na situação de coleções de trajetórias (estórias) inacabadas e inseridas numa conjuntura de geometrias de poder que se relacionam com topografias mais amplas de espaço.

A partir dessa lógica situacional e tendo como objeto empírico de análise, o bairro de São José, observamos a entrada dos chineses comerciantes capitalizados nesse lugar, por meio de um forte processo de territorialização. Em situações mais drásticas, vem ocasionando a saída de lojas tradicionais, dando lugar aos empreendimentos chineses, fáceis de serem reconhecidos pela estética da loja padronizada e tipos de produtos vendidos, quase num padrão ‘fordista’. Este processo de disputa assimétrica pelo espaço se agrava por causa da crise econômica pois, com a elevação dos preços de aluguéis, a capacidade de se manter no imóvel se torna insustentável para alguns antigos comerciantes. Neste caso, num cenário futuro, poderá ocorrer um aumento na concentração de capital comercial para determinados grupos de comerciantes, possivelmente os chineses.

A aproximação dessa temática ocorreu a partir de pesquisa realizada, desde 2012, acerca do funcionamento do mercado imobiliário em centros históricos brasileiros (Recife, Olinda, São Luís, Belém)¹. A partir de 2015, nos debruçamos sobre os processos diretamente relacionados com fenômenos globais, a exemplo do parque tecnológico, situado numa porção do território do Centro Histórico do Recife (CRH)². A observação do aumento da população de comerciantes chineses nesse centro histórico, especialmente no bairro de São José, nos levou ao presente estudo em curso.

Diante disso, com interesse em conhecer o funcionamento da inserção dos chineses em centros históricos brasileiros, esse artigo teve por objetivo realizar uma primeira aproximação do impacto da territorialização dessa migração chinesa numa das áreas da cidade do Recife de mais antiga invasão portuguesa e holandesa, antiga ilha de Antônio Vaz, hoje dividida por dois bairros sob a toponímia de São José e Santo Antônio, lócus de intenso comércio tradicional especializado e popular.

2. Na trajetória chinesa pelo mundo: uma topografia do lugar ao global

2.1 Diáspora chinesa no circuito da globalização

Com a mudança do regime político comunista, a China começou a produzir, nas décadas de 80 e 90, os produtos que dominaram o mercado mundial. Segundo Machado (2006), a maioria das fábricas está localizada nas ilhas de Taiwan e Hong Kong, e no sul do Continente. Daí partiu a maior parte de populações emigrantes, especialmente dos portos das províncias de *Hainan*, *Guandong*, *Fujian* e *Zhejiang* que, pelo fato de serem altamente populosas e possuírem pouca terra arável disponível, tornaram-se os grandes centros de emigração de chineses (DUFOIX, 2008; POSTON JUNIOR & WONG, 2014, Apud TEIXEIRA; MANDELBAUM, 2017, p.55).

Como a atividade comercial tem sido a principal ocupação dos migrantes chineses ao longo da sua história, Robin Cohen (2008, Apud TEIXEIRA; MANDELBAUM (2017) refere-se à diáspora chinesa como a "diáspora comercial", isto é, o comércio tem sido historicamente a força motriz da sua dispersão.

De fato, as práticas comerciais tem sido uma das maiores características da diáspora chinesa. Na fronteira [Brasil, Argentina e Paraguai], praticamente todos os chineses não só trabalham em lojas, mas também

¹ Pesquisa em rede (Recife, Olinda, São Luís e Belém), desenvolvida pelo Grupo de Estudos em Mercado Fundiário e Imobiliário –GEMFI/UFPE, financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco (FACEPE).

² O Centro Histórico do Recife é formado por quatro bairros: Recife, São José, Santo Antônio e Boa Vista.

vendem o mesmo tipo de mercadoria. E, nessa atividade, muitos tiveram sucesso, alguns fizeram fortuna (MACHADO, 2006).

Importa anotar que os movimentos migratórios mais recentes (décadas de 1980 e 1990) não podem ser confundidos com aqueles de mais longa data (desde o século XIX) que deram origem as tão famosas *Chinatowns* – modelo de ocupação urbana da imigração chinesa, presente nas cidades de Nova York, São Francisco, Paris, entre outras. Essas comunidades agregam várias gerações. Seus membros, na sua maioria, se dedicam a exercer atividades comerciais, principalmente restaurantes de comida típicas e lojas (comércio de produtos chineses mais sofisticados) para turistas.

Sob o ponto de vista da política internacional, Teixeira e Mandelbaum (2017, p.55) afirmam que a China "incorpora a diáspora em uma estratégia de política externa que é baseada nas organizações de chineses do ultramar e nas práticas das instituições governamentais voltadas para a diáspora." Significa isso que Pequim, por meio de diversas instituições, influencia os membros da diáspora, assim como esses passam a desenvolver um forte sentimento de lealdade em relação à China. A ideia segundo esses autores, é a reunificação política da China, incluindo Taiwan e todos os membros da diáspora chinesa sob as políticas de Pequim. As identidades chinesas de ultramar devem ser modeladas para integrar um amplo projeto de dimensões política, econômica e cultural.

Tal ideia tem como fundamento a dimensão da dispersão de chineses pelo mundo afora. A China detém um dos maiores contingentes humanos em diáspora do mundo: 60 milhões de pessoas, espalhadas em 198 países ao redor do mundo, conforme apresentado por Hong Liu & Els van Dongen (2016). Sendo assim, interessa a Pequim controlar esses contingentes, integrando-os a um projeto político capaz de reafirmar a cultura chinesa e beneficiando-se da sua influência econômica.

Há muitos modos de conceber as relações dos chineses do ultramar com a *China Maior cultural*, desde seu nível mais básico de simplesmente ter orgulho de tudo que é chinês, como a língua e dialetos, costumes, festivais, alimentos e notícias da China, passando pela adesão a organizações chinesas e pela participação de seus eventos, até aos desejos de visitar a China, de realizar doações a todas as obras de caridade chinesas, de ir às festas de recepção de autoridades chinesas em visita aos seus países, e à determinação de que seus filhos e netos devem dominar o mandarim e manter e até melhorar a qualidade de sua condição de “ser chinês” TEIXEIRA; MANDELBAUM (2017, p.66).

E tudo isso vem sendo realizado por meio de instituições³ e símbolos de identidade coletiva chinesas. Interessa à China que membros da diáspora "bem sucedidos"⁴ invistam na economia chinesa e, ao mesmo tempo, membros de diferentes segmentos sociais disseminem a cultura e os produtos industrializados chineses em seus países de residência.

Para tanto, em 1978 com a abertura das relações comerciais com o exterior notou-se que era necessário promover a imagem da China para o mundo. Conforme relatado pelos autores Hong Liu & Els van Dongen (2016), há uma política de diáspora chinesa, na qual é estruturada em torno de cinco instituições governamentais e semigovernamentais. O Escritório de Assuntos Chineses no Exterior (OCAO) é uma dessas instituições que tem como propósito a formulação de políticas voltadas sobretudo para os chineses residentes nos países estrangeiros. Essa instituição promove proteção aos direitos dos cidadãos chineses e dos seus familiares dependentes, embora, o OCAO possua outros eixos de atuação como é o caso das políticas de reunificação entre China e Taiwan e dos programas de incentivos para intercâmbios culturais e ensino da língua chinesa no mundo (HONG LIU & ELS VAN DONGEN, 2016).

É dentro desse contexto de abertura que as relações da China com o restante do mundo passam a se intensificar ainda mais e isso é potencializado a partir da formação das associações dos imigrantes para aqueles que estão fora do território Chinês. Segundo Freire da Silva (2018) em seu estudo acerca dos mercados populares no Centro de São Paulo, o autor elucida a estruturação dessas organizações e constata que só no Brasil a associação nacional consegue

³ Um exemplo é o Instituto Confúcio. Segundo entrevista realizada em maio/2019, no âmbito dessa pesquisa, os Institutos Confúcio são vinculados ao Ministério da Educação da China que tem como sede administrativa o Escritório Nacional do país para o ensino da língua chinesa como língua estrangeira, o que na abreviação em mandarim é denominado de: *Hanban*. O *Haban* é o responsável pelos Institutos Confúcio pelo mundo afora e, segundo a informação do coordenador pedagógico tem como função elaborar políticas para o desenvolvimento da língua chinesa internacionalmente no intuito de apoiar convênios com outras universidades estrangeiras e elaborar normas internacionais para o ensino do mandarim em diversos países. No entanto, o Instituto não visa fomentar apenas o aprendizado do idioma, mas sim uma imersão na cultura chinesa conforme as atividades semanais ofertadas por cada sede. Só no continente Europeu são 182 Institutos Confúcio, nas Américas são 160 sedes, a Ásia vem logo em seguida com 126 unidades, o continente Africano possui 59 e a Oceania conta com 21 institutos. No Brasil são 10 unidades sendo duas localizadas na Região Nordeste, uma no Recife que foi a primeira a receber o Instituto no ano de 2013 e logo depois a cidade de Fortaleza. Nota-se que o primeiro Instituto surgiu no ano de 2004 e hoje conta com mais de 500 unidades pelo mundo.

⁴ (Fundamentados em Barabantseva, 2005 e Chareonwongsak, 2012), Teixeira; e Mandelbaum (2017) chamam a atenção de que, desde meados de 1990, os chineses do ultramar estabeleceram mais de 3000 empresas em várias Zonas Econômicas Especiais que, segundo Kissinger (2011), são áreas prioritárias para investimentos externos diretos [na China], com grandes incentivos fiscais, localizadas no Sul, próximas à colônia britânica de Hong Kong, e criadas em 1980, durante o processo de abertura da economia chinesa sob o governo de Deng Xiaoping.

agregar em torno de 30 associações⁵ menores que estão pulverizadas pelo país, no intuito de oferecer apoio direto ao imigrante chinês em vários aspectos, desde a questão de regularização de documentos às informações culturais para favorecer a convivência com os cidadãos brasileiros.

Essas associações são instrumentos que fortalecem a relação econômica entre a China e o restante do mundo com o objetivo central de garantir a promoção dos assuntos chineses no exterior. Além disso, são responsáveis por ser o elo entre as políticas internas de promoção, distribuição e exportação de mercadorias *made in China* para os migrantes chineses residentes em outros países.

Essa prática comercial só é possível porque os governos das províncias chinesas conseguem articular os migrantes que estão no exterior através dessas associações, a fim de alavancar as economias locais mediante a elaboração dos canais para distribuição de mercadorias. Na província de *Zhejiang* está localizada a cidade de *Yiwu* considerada um mercado atacadista de pequenas mercadorias e a sua atuação é comandada por uma empresa estatal denominada por *Yiwu China Small Commodities City Group* que se relaciona diretamente com a Associação Chinesa do Brasil (FREIRE da SILVA, 2014).⁶

Nessa perspectiva política e econômica, o *guanxi*, enquanto característica cultural chinesa assume significado inestimável. Refere-se a um tipo de relação social vivenciada pelos chineses, fundamentada em benefícios mútuos a partir de obrigações recíprocas e de trocas de favores, incluindo ligações com autoridades competentes ou individuais. Trata-se, portanto, de uma rede de relações extremamente valiosa não apenas para a construção de relações sociais, mas também comerciais, cultivada energicamente pelos chineses (SCHIAVINI, SCHERER, CORONEL, 2012). O seu sentido utilitarista (troca de favores) é permeado pela tolerância, reciprocidade, confiança, lealdade, honestidade e respeito. É, portanto, um ativo organizacional intangível que estimula as relações entre os chineses de cada uma das comunidades e entre chineses de localidades distintas. Estimula de tal maneira os contatos que se evidencia uma relação direta entre *guanxi* e desempenho empresarial.

Os chineses transformaram o *guanxi* em uma arte cuidadosamente calculada. Construir e manter *guanxi* são preocupações comuns entre

⁵ Para maiores detalhes acerca das associações dos imigrantes chineses no Brasil, consultar Shyu & Jye (2008). Vale ressaltar que neste estudo apresentado em 2008 já elencava a presença da Associação Comercial Sino-Brasileira de Recife.

⁶ Na sua tese de doutorado, o autor apresenta um exemplo do peruano Oswaldo residente no Brasil há 39 anos que passou a viajar de duas a três vezes por ano para a cidade de *Yiwu* a fim de adquirir novas mercadorias e importá-las através do container direto para 25 de março, local onde tem um comércio de bijuterias (FREIRE da SILVA, 2014).

empresários, gerentes, funcionários e até mesmo estudantes (Luo, 2001). Essa particularidade cultural é refletida, por exemplo, nos modelos de financiamentos informais na China. Sheng (2008) realizou uma pesquisa no Brasil que buscou analisar empiricamente os modelos de financiamento baseados em *guanxi*. Os resultados indicaram que os empreendedores utilizam *guanxi* para terem acesso ao financiamento e reduzem o custo de crédito, e que participam de eventos sociais para manutenção e aquisição de *guanxi* no Brasil (SCHIAVINI, SCHERER, CORONEL, 2012, p. 329.)

Evidentemente, tal ativo, principal característica da diáspora chinesa em escala planetária, desembarcou no Brasil⁷. Embora não se tenha dados censitários sobre a presença chinesa no País até a década de 1950, sabe-se que a partir de então, o fluxo de migração se intensificou. Esse fato está diretamente ligado à ascensão de Mao Tsé-Tung ao poder, o que provocou uma diáspora anticomunista, oriunda da República Popular da China (RPC) e uma outra diáspora proveniente de Taiwan, em decorrência das fortes limitações geográficas de expansão de sua produção industrial e econômica e, portanto, geração de emprego e renda.

O ano de 1978 foi crucial para a história chinesa. Deng Xiaoping inicia o processo de reformas, o que significou a abertura da economia para o mercado internacional. Taiwan foi um dos principais investidores das Zonas Especiais de Desenvolvimento criada na RPC, o que intensificou a circulação de pessoas e mercadorias entre esses dois territórios, apesar da inexistência de relações diplomáticas oficiais durante anos (SILVA, 2008). Ademais, contribuiu para reforçar ainda mais a diáspora chinesa pelo mundo afora, incluindo o Brasil.

2.2 A migração chinesa para a região Nordeste: o caso de Recife-PE

O estudo recente dos autores Fusco & Queiroz (2018) sobre a migração asiática (chineses, coreanos e japoneses) para o nordeste brasileiro apresentou resultados dos dados desagregados sobre a concentração desses imigrantes nos estados dessa região durante os anos de 2000 a 2015. Segundo eles, a imigração dos asiáticos é expressiva sobretudo a partir dos anos de 2009, um ano após a crise de 2008 que possivelmente seria o motivador do aumento dos imigrantes no Brasil e na região nordeste.

No ano de 2016 as autorizações de trabalho para chineses no país estavam na nona posição

⁷ Para maiores informações acerca da imigração chinesa para o Brasil, consultar Vêras (2008).

e em 2017 assume o quarto lugar em número de permissões registradas no Brasil, com um crescimento registrado em 38,2 % (CALVANTE et al, 2018).

Os chineses estão dispersos em várias capitais do Nordeste, em especial, com maior concentração na Paraíba (24%), logo em seguida o estado de Pernambuco (21%), Bahia (18%) e Ceará (14%). No tocante ao perfil profissional, os imigrantes chineses apresentam três tipos de ocupações conforme a declaração de entrada no Brasil, sendo elas a profissão de pescador que representa 24%, proprietário/ gestor com 20% e por último voltado ao comércio, o empregado/vendedor com 45% dos vistos temporários (FUSCO & QUEIROZ, 2018).

No caso de Pernambuco, consoante Silva (2008) ocorreram três ondas migratórias. A primeira significou a vinda de quinze famílias que moravam em São Paulo para Pernambuco. Algumas delas voltaram, levando informações sobre a "vila chinesa" em Pernambuco, que, segundo esse autor, passou a ser vista como uma "terra virgem" para empreitadas comerciais. A segunda leva de chineses começou na década de 1970 com forte conotação econômica e trazia consigo pessoas em busca de oportunidades de trabalho e riqueza. Eles vinham do Paraguai, de São Paulo e de Taiwan, graças aos contatos com os "chineses pernambucanos". A terceira onda teve início nos anos 1990 e continua até os dias atuais, graças a consolidação das redes transnacionais de comércio chinês realizado pela República Popular da China.

De acordo com Wilson Fusco e Silva Queiroz, o perfil dos imigrantes chineses no estado de Pernambuco é majoritariamente composto por jovens adultos com a faixa etária entre 20 a 39 anos que representam 13,61% dessa população, enquanto o segundo grupo com idades entre 40 a 59 anos apresenta um percentual de 6% na composição da população chinesa. Segundo Silva (2008, p. 21), 70% dos imigrantes chineses residentes em Pernambuco vieram de Taiwan. Para ele, isso não significa que, em termos étnicos, a maioria destes imigrantes não seja chinesa. Essa maioria é atualmente caracterizada como *Han* que, por sua vez, é uma das 56 etnias que a República Popular da China (RPC) reconhece em seu território, correspondendo segundo dados de 2007, a 92% da população chinesa (SILVA, 2008, p. 21).

Na capital pernambucana, os chineses concentram-se comercialmente no bairro de São José, Santo Antônio e Boa vista que são áreas históricas centrais da cidade. Silva (2008) descreveu o ambiente do bairro de São José no início da terceira corrente migratória:

A partir da década de 1990, algumas ruas do bairro de São José, sobretudo, começaram a ficar visivelmente "chinesas" e a serem

identificadas, em termos étnicos, pela presença de integrantes desse grupo. Atualmente, o movimento de consumidores e transeuntes nas áreas onde os estabelecimentos chineses se concentram é intenso durante todo o ano, principalmente nos três últimos meses. (SILVA, p.48, 2008)

Essa área já era um lugar de comércio de produtos utilitários desde os tempos prístinos dos espaços de comércio da época colonial alicerçada por uma organização urbana implementada pelos holandeses no séc. XVII (REYNALDO, 2017). Seguindo essa tendência histórica comercial, os produtos chineses já circulavam nesse centro nos anos 90, a partir da rota de mercadorias vindas do Paraguai.

Considerando o Centro Histórico do Recife, em pesquisa realizada por Silva (2008), das 66 entrevistas por ele realizadas com negociantes chineses (i) 24% residem no Brasil há mais de 20 anos, situam-se na faixa etária média de 48 anos, são majoritariamente proprietários dos estabelecimentos onde trabalham, 80% vieram de Taiwan e 80% se naturalizaram; (ii) 46% chegaram na década de 1990, situam-se na faixa etária média de 36 anos e são os principais fomentadores da distribuição e circulação por atacado dos produtos em demais cidades de Pernambuco e até mesmo de cidades de Alagoas e Paraíba, 2/3 nasceram em Taiwan e não são naturalizados; (iii) 30% migraram entre 2000 e 2007, estes situam-se na faixa etária média de 27 anos, não são proprietários dos estabelecimentos onde trabalham e vieram das zonas rurais da RPC. Considerando o notável desempenho da economia brasileira nesta última década, provavelmente os que chegaram na década de 2000 e início de 2010 sejam ainda mais representativos ou sejam aqueles provenientes da zona rural da China.

Não por menos, foi esse espaço o escolhido pelos chineses para se fixarem enquanto comerciantes desde a primeira leva migratória intensificada a partir dos anos 1990. Tal leva foi reforçada mais ainda no período 2002 a 2014, porquanto políticas sociais federais aumentaram o poder de consumo dos segmentos populares, principais consumidores das mercadorias orientais ofertadas, principalmente, no bairro de São José.

Uma parcela significativa da imigração, portanto, gira em torno da comercialização de produtos das mais diversas utilidades, produtos de época (natalino, carnavalesco, juninos etc), vestuário e eletrônicos.

3. Negociar no Centro Histórico

Um estudo recente de apropriação dos centros históricos do Nordeste pelo comércio chinês apontou o caso da cidade de Aracaju, onde os chineses estão presentes com suas atividades econômicas na área do centro de comércio popular, lugar com grande número de circulação de pessoas, sede das administrações locais, além de ser palco de manifestações culturais. Mediante um mapeamento, o autor Goes (2015) identificou os principais pontos de comerciantes chineses no centro histórico de Aracaju no ano de 2012 e constatou junto a Polícia Federal a presença de 63 chineses no ano de 2015 e que na década anterior havia cerca de menos de 10 imigrantes chineses nesta cidade⁸.

Em Fortaleza não é diferente, os chineses também estão presentes na região central da capital, mormente nas galerias comerciais e nas ruas do centro. Tal fenômeno se expande para os outros municípios do Ceará como nas cidades de Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu, localizados sobretudo nas regiões centrais. A autora Bomtempo (2019) salienta em seu estudo que os chineses residentes em Fortaleza não moram em bairros periféricos, mas sim, em bairros nobres da capital o que denota o alto poder aquisitivo desses imigrantes.

Ao pesquisar as trajetórias das mercadorias de rua, vendidas nos recortes espaciais da centralidade do Iguatemi e do bairro Liberdade, ambos em Salvador, a autora Maia (2015) identificou a rede de abastecimento das mercadorias típicas do comércio popular através do circuito da mercadoria, da produção, distribuição e consumo. Constatou que o resultado do processo de distribuição se iniciou na região do centro antigo de Salvador, em especial pelo comércio varejista e atacadista dos chineses e também dos fornecedores localizados na 25 de Março em São Paulo.

Conforme explicitado anteriormente, há uma presença expressiva dos chineses nas regiões centrais dessas cidades a partir dos anos de 2009. Essas informações são correlacionadas com os dados da concentração dos chineses nessas capitais, conforme evidenciado por Fusco & Queiroz (2018). No Recife, esse dinamismo comercial no centro histórico também é constatado. Para avaliar a ocupação territorial dos comerciantes chineses no bairro de São José, foram realizados trabalhos de campo no ano de 2015 e 2017 no espaço em questão. Esses trabalhos de campo⁹

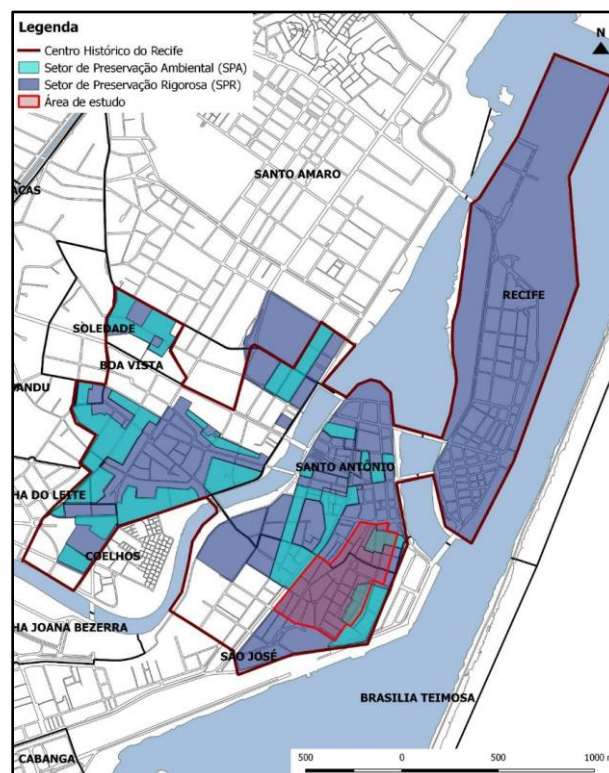
⁸ Embora tenha elucidado um aumento significativo, o autor não apresentou uma comparação de intervalos temporais nos pontos comerciais no centro histórico da cidade analisada.

⁹ Subsidiaram dois trabalhos de conclusão de curso no âmbito das pesquisas do GEMFI/UFPE.

auxiliaram na identificação das áreas com maior concentração de lojas chinesas. Para identificá-las levou-se em consideração aspectos como o letreiro comercial, os produtos vendidos, a presença de pessoas com fenótipo asiático no caixa, língua falada e, para alguns casos, entrevista com vendedores brasileiros.

Esses espaços de aglutinação de lojas chinesas coincidiram com o perímetro onde se concentra o núcleo de atividade comercial do Centro Histórico do Recife (CHR) e com parte de uma das Zonas de Preservação do Patrimônio Histórico (ZEPH 10), no Setor de Preservação Rigorosa, definido pela Prefeitura do Recife, no âmbito da Lei de uso e ocupação do Solo (Lei nº 16.176/1996). No mapa a seguir (figura 1), explicita-se o Centro Histórico do Recife legalmente instituído e a área foco de aprofundamento da pesquisa.

Figura 1: Mapa do Centro Histórico do Recife (Lei nº 16.176/1996) e Perímetro de estudo.



Fonte: Soares, 2018¹⁰.

No âmbito da pesquisa de campo, em novembro de 2015, foram identificados 115 lotes de comércio chinês e no mês de dezembro do ano de 2017 foram reconhecidos 136, ou seja, um

¹⁰ Esse mapa foi gerado no âmbito da pesquisa de Camila Soares sobre ‘A Dinâmica Espacial Do Mercado Imobiliário De Aluguel Comercial Em Áreas Históricas Dos Bairros De Santo Antônio E São José (Recife)’, inserida na pesquisa em rede sobre o Mercado Imobiliário.

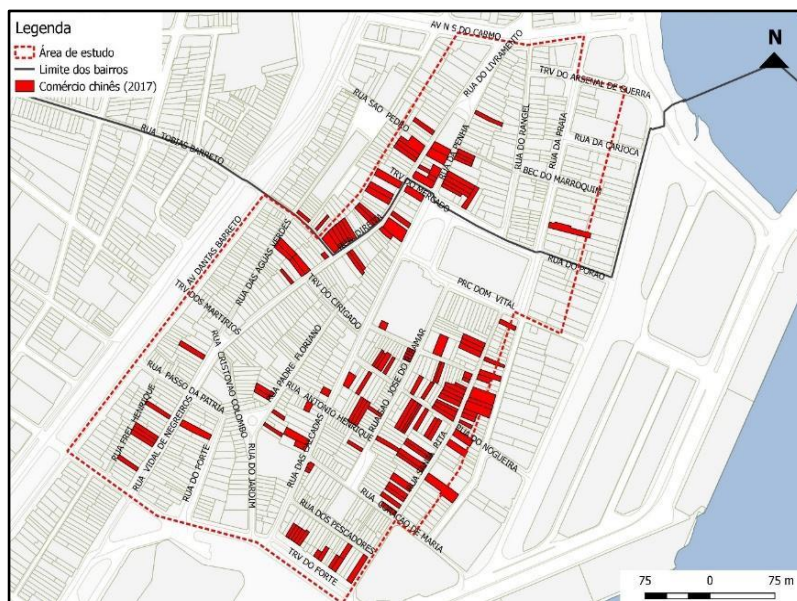
aumento de aproximadamente 20% de lotes ocupados por imigrantes chineses nesse recorte espacial e intervalo temporal. Nas Figuras 2 e 3, a seguir, identifica-se a expansão desses estabelecimentos para ruas (Vidal de Negreiros, da Praia e do Livramento), que não abrigavam lojas chinesas.

Figura 2: Lotes ocupados por comércio chinês, 2015 - Centro Histórico do Recife



Fonte: Silva, 2016.

Figura 3: Lotes ocupados por comércio chinês, 2017 - Centro Histórico do Recife



Fonte: Silva, 2018.

Cabe destacar que os estabelecimentos contabilizados estão localizados, principalmente, em ruas de grande fluxo como a rua Direita e a rua Santa Rita, o que denota uma ocupação estratégica numa lógica de concentração dos espaços mais rentáveis do bairro de São José. Acrescente-se que, segundo dados do Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU), no ano de 2018, dos 136 estabelecimentos comerciais chineses identificados, 30 são de propriedade de chineses.

Na figura 4, a seguir, apresentamos uma foto tirada na Rua da Penha, no Bairro de São José, de um cartaz escrito tanto em mandarim como em português, anunciando o repasse de um ponto comercial por um lojista chinês, o que denota a possibilidade de fazer negócios imobiliários com clientela brasileira e chinesa.

Figura 4 - Cartaz de repasse de ponto comercial -Bairro de São José - Rua da Penha



Fonte: Jéssica Mayara Silva, 2015.

O ato de negociação imobiliária de aluguel que inclui o repasse do ponto é uma prática comum encontrada no centro histórico e comercial em questão. No ano de 2015, para essa área e com imóveis em torno de 80m², os valores de repasse de ponto estavam circulando numa faixa entre 20 a 50 mil reais, o que é indicativo do poder aquisitivo que muitos desses chineses lojistas possuem para investir na abertura de comércio.

Em uma entrevista concedida em 2017, um funcionário da empresa Âncora Imobiliária afirmou: “Há poucos inquilinos da Âncora desse tipo, eles vão até a empresa com tradutores para facilitar a negociação”. Segundo o entrevistado “desocupou um imóvel, o chinês aluga”, muitas vezes para abrir galeria e fazer sublocações. Sobre essas modificações na parte interna dos edifícios patrimonializados, vale ressaltar que, em entrevista com funcionária técnica do Setor de

Patrimônio da Prefeitura do Recife (2019), existe um quantitativo considerável de processos apontando irregularidades nessas reformas para atender às demandas do comércio chinês (caso recente do Cine Glória).¹¹

Em estudo recente sobre o município de São Paulo, Freire da Silva (2018) aponta que há transformação do circuito comercial, em especial aqueles com características populares na região central, em que lojas com espaços pequenos são subdivididas em tamanhos ainda menores em formato de boxes e sublocados para outros comerciantes. Esse dinamismo do comércio tradicional transmutando-se em galerias passou a ser bastante comum nas regiões da 25 de Março, Brás e Santa Efigênia ao ponto de inflacionar os preços dos aluguéis, obrigando os comerciantes chineses a migrarem para outras regiões. Essa informação colabora com o que vem ocorrendo no CHR em termos do aumento dos estabelecimentos chineses.

Na paisagem cotidiana do São José começam a emergir algumas marcas que caracterizam o território chinês, e uma delas é a cor vermelha, presente em letreiros nas fachadas das lojas (SILVA, 2016). As figuras 5, 6 e 7 a seguir, mostram a presença das cores vibrantes, vermelho e amarelo, com o nome da loja em chinês, expressando os traços orientais.

Figura 5 - Loja chinesa na Rua Santa Rita – Recife



Fonte: Flávia C., 2015.

¹¹ Cine Glória era um cinema localizado no bairro São José inaugurado em 1926 e foi transformado em uma galeria com vários boxes voltados para o comércio popular.

Figura 6 - Restaurante chinês rua do Livramento – Recife



Fonte: Priscila Vasconcelos, 2015.

A presença da língua nativa é comum de ser ouvida no interior das lojas e nas ruas, seja através da própria comunicação entre os chineses ou através das músicas orientais colocadas em caixas de som provenientes das lojas. Em entrevista com um açougueiro no Mercado de São José em 2015, ouvimos o relato de que ele vende muita carne suína para a clientela oriental e para isso, precisou aprender a cortar a carne “a moda chinesa”. Ele apontou para uma peça de carne, tomando como exemplo, e disse que: “eles só gostam dessa parte da costela, mas tem que ser cortada da forma deles, da forma que eles querem”. Durante a conversa, chegaram dois chineses que pretendiam comprar carne e a transação aconteceu através de gestos, pois os consumidores não falavam português, mas gesticulavam com as mãos como deveriam ser realizados os cortes pelo açougueiro.

A concentração nesses bairros do centro é impulsionada por três justificativas ostensíveis, a primeira pela proximidade com o Porto de Suape, que contribui diretamente para a questão da logística da circulação das mercadorias saídas da China para o nordeste brasileiro. O segundo motivo aparente se esteia nas peculiaridades que o centro dispõe do caráter de comércio popular que viabiliza uma maior concentração de pessoas nessa área. E por último, refere-se à oportunidade em obter espaços destinados para depósitos dessas mercadorias que são importadas em grande quantidade, conforme salientado por Silva (2008).

Em uma breve caminhada no centro histórico do Recife é possível verificar que essas lojas chinesas ofertam uma diversidade de produtos (bolsas, bijouterias, maquiagem, roupas, objetos de decoração e pequenos acessórios eletrônicos) conforme apresentado na figura a seguir, no entanto, apresentam características bastante similares entre elas porque em uma mesma rua são encontrados lojas que oferecem basicamente os mesmos produtos.

Figura 7- Loja Lin Lin, Rua Santa Rita



Fonte: Yelp, 2015.

Desse modo, os comerciantes chineses exercem dois arranjos de negócios no centro, o comércio no varejo e em atacado, o que possibilita fornecer mercadorias para grupos de comerciantes brasileiros que inclusive estão localizados no mesmo território ou em outras cidades e Estados circunvizinhos como é o caso da cidade de Caruaru-PE¹² e o estado da Paraíba.

4. Considerações Finais

A entrada dos chineses com todo seu aparato cultural e institucional tem contribuído nas imbricações de trajetórias no centro histórico do Recife. Neste sentido, percebeu-se o movimento de saída de comerciantes e lojas tradicionais especializadas das ruas mais valorizadas do bairro, que são substituídas pelos empreendimentos chineses. Neste sistema territorial, alguns agentes ganham, como os proprietários que têm oportunidade de aumentar seus rendimentos por meio do

¹² Consultar Silva (2008) para maiores detalhes sobre os chineses em Caruaru- PE.

aumento dos aluguéis impulsionados pela demanda chinesa. Ao mesmo tempo, alguns chineses se tornam proprietários, entram no circuito das transações do mercado imobiliário e começam a deter um controle maior sobre o espaço patrimonializado.

O termo *guanxi* como um modo de ser chinês, propicia trocas simbólicas entre duas pessoas ou mais com intuito de receber algum benefício através dessa rede de contatos que pode ser no âmbito social, econômico ou até mesmo político. Essa prática de alguma maneira favoreceu a inserção considerável dos chineses nos pontos comerciais do Recife, com ênfase a partir da década de 90, na terceira fase da imigração para Pernambuco. Isso fica realçado ao andar pelo centro do Recife, onde notadamente se observa o aumento das lojas chinesas nesses bairros e a proximidade entre elas.

Tal fato é evidenciado pela notícia recente do projeto de construção do Shopping Chinês, denominado de Chinatown Recife que será localizado na Rua Dr. José Mariano, no bairro Boa Vista, sendo a área do terreno (total) de 20.537,06 m² e a área construída de 18.971,57 m², conforme as informações apresentadas pelo Portal de Finanças da Prefeitura do Recife. O terreno do imóvel está situado no Setor de Preservação Ambiental 04, da Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural do Sítio Histórico da Boa Vista (ZEPH-08). Embora o terreno esteja localizado fora dos perímetros do Setor de Preservação Rigorosa, o projeto deve se atentar aos critérios para a preservação da paisagem do entorno do empreendimento por ser uma extensão do sítio histórico.

É importante pensar que a prática do *guanxi* talvez não esteja restrita à conexão interpessoal, mas sim, evidencia uma relação com a própria cidade a fim de galgar uma maior expansão do comércio varejista, atacadista e de restaurantes. Essa informação é corroborada ao comparar as figuras 2 com a 3 onde o número de ocupações do comércio chinês vem crescendo substancialmente nessa região e em especial, com a notícia de um Shopping tipicamente chinês no centro do Recife.

Compreender a formação e variação de preço dos comércios (preço de produtos comercializados e/ou de aluguel de imóveis) do centro histórico do Recife depois da vinda dos chineses é uma temática que fica como sugestão para trabalhos futuros, assim como a abordagem sobre a questão da moradia desses imigrantes e sobre o possível padrão de lojas que estão se instalando nesta região, uma vez que seguem características similares de fachada, mercadorias e preços de venda.

Bibliografia

AMORIM, M. S. M. A. de; OLIVEIRA, N. M. de; FERNANDES, D. M. A imigração chinesa para a América Latina e Brasil: o perfil do imigrante chinês no sudeste brasileiro. Anais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/download/2772/2665>

BOMTEMPO, D. C. . Migração internacional, economia urbana e territorialidades. Boletim Goiano de Geografia , v. 39, p. 1-26, 2019.

CARRIÓN, Fernando. *El laberinto de las centralidades históricas en América Latina*, Quito: Ministerio de Cultura del Ecuador, 2010.

CAVALCANTI, L. et al. (Org.). Migrações e Mercado de Trabalho no Brasil. Relatório Anual 2018. Série Migrações. Observatório das Migrações Internacionais; Ministério do Trabalho/ Conselho Nacional de Imigração e Coordenação Geral de Imigração. Brasília, DF: OBMigra, 2018

FREIRE da SILVA, Carlos. Das calçadas às galerias: mercados populares do centro de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Sociologia, 2014.

_____. **Conexões Brasil-China: a migração chinesa no centro de São Paulo.** *Cad. Metrop.* [online]. 2018, vol.20, n.41, pp.223-243. ISSN 1517-2422. <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2018-4111>.

FUSCO, W. ; QUEIROZ, Silvana Nunes de . Asiáticos no Nordeste Brasileiro. In: Rosana Baeninger; Adriana Fernandes. (Org.). Migrações Sul-Sul. 1ed.Campinas: Seta Empresarial Ltda, 2018, v. 1, p. 526-535.

GOES, ALLISSON . A imigração chinesa em Aracaju: percursos e discursos de uma presença em construção. TOMO (UFS) , v. 1, p. 303-330, 2015.

Hong Liu & Els van Dongen (2016) *China's Diaspora Policies as a New Mode of Transnational Governance*, *Journal of Contemporary China*, 25:102, 805-821, DOI: 10.1080/10670564.2016.1184894

MACHADO-P. R. (Re) pensando a diáspora chinesa:^[1] Fluxos globais e dinâmicas locais da imigração contemporânea. *30º Encontro Anual da ANPOCS, 2006*. Disponível em <https://anpocs.com/index.php/papers-30-encontro/gt-26/gt12-20/3335-rmachado-repensando/file>

MAIA, Ana Claudia N. . Redes do comércio de rua de Salvador, Bahia. *Mercator (Fortaleza. Online)* , v. 14, p. 45-56, 2015.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço: uma nova política da espacialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015. 312 p.



REYNALDO, A. M. O.. *As catedrais continuam brancas*. 1ª. ed. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 2017. v. 750. 449p.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. São Paulo: Edusp, 2007. 60p.

SCHIAVINI, J. M.; SCHERER, F. L.; D. A. CORONEL. Entendendo o *guanxi* e sua influência nas relações internacionais. *Revista Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 316-332, mai-ago/2012.

SHYU & JYE. Integração cultural dos imigrantes chineses no Brasil. *Revista de Estudos Orientais / Departamento de Letras Orientais. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo*. -- n. 6 (2008)-.

SILVA, M. de A. *Guanxi nos trópicos: um estudo sobre a diáspora chinesa em Pernambuco*. Dissertação (Mestrado). Recife, Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, Antropologia, 2008.

SILVA, J. M. A. *Território de comerciantes chineses no centro histórico de Recife: o caso do bairro de São José*. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação. Universidade Federal de Pernambuco, 2016.

SILVA, C. S. de M. *A dinâmica espacial do mercado imobiliário de aluguel comercial em áreas históricas dos bairros de Santo Antônio e São José (Recife)*. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação (Arquitetura e Urbanismo da UFPE), 2018.

TEIXEIRA, C. G. P.; MANDELBAUM, H. G. A diáspora chinesa como instrumento da política externa: de Pequim e suas implicações para a China Maior. *Revista de Estudos Internacionais (REI)*, Vol. 8 (2), 2017, pp. 55-78.

VERÁS, D. B. (2008). *As diásporas chinesas e o Brasil: a comunidade sino-brasileira em São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.